

EDITORIAL • Por um diálogo entre o Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador

Daniel Matos Caldeira e Raquel Lima Scalcon

A atividade estatal pressupõe responsabilidade, e conseqüentemente, responsabilização. Nesse sentido, muitas são as facetas sancionadoras do Estado. Sobre uma mesma situação fática podem incidir sanções penais, administrativas e civis, fato que traz consigo uma quase infinidade de questionamentos e de conflitos. Ilustrativamente: o que identifica e o que distingue cada sanção? Há algum tipo de *bis in idem* na sua aplicação cumulativa? De que modo seria possível harmonizá-las, isto é, evitar sobreposições indevidas? Há independência plena entre decisões tomadas na esfera administrativa, na esfera cível e na esfera penal? Deveria haver uma relação de prejudicialidade entre tais esferas, de tal maneira a uma impactar a outra? Por quê? Essas são apenas algumas questões de tão palpitante tema.

Ao encontro desses anseios intelectuais, tem-se o dossiê especial “Interfaces entre Sanções Estatais”, que integra esta Edição da Revista da CGU, oferecendo textos doutrinários que enfrentam – cada um a seu modo – o intrigante tema das sanções estatais. A seleção que ora vem à público possui, em nossa opinião, algumas peculiaridades muito interessantes, a saber: (a) elevada qualidade doutrinária dos artigos; (b) diversidade de gênero e de estados dos(as) autores(as); (c) pluralidade de especialidade dos pesquisadores.

De forma inovadora, em relação à Revista da CGU, tem-se que o presente dossiê especial é aberto com uma entrevista da Profa. Dra. Raquel Scalcon, editora-especial desse dossiê, ao professor do IDP Marcio Cunha Filho. Uma forma de suavizar a discussão do tema, de modo a aproximar a mentoria intelectual da edição dos leitores da Revista.

Destaca-se ainda que os *papers* que integram o Dossiê Especial têm em comum o enfrentamento de temas transversais a várias subáreas do direito, ainda que com enfoque nas múltiplas facetas das sanções estatais. No texto “Notas sobre a Assessoriedade Administrativa no Direito Penal Econômico”, a Profa. Dra. Chiavelli Falavigno (UFSC) põe em diálogo direito administrativo e direito penal. O mesmo ocorre no texto “O Impacto das Decisões de Tribunais de Contas sobre o Exame Judicial da Tipicidade Objetiva do Crime de Dispensa ou Inexigibilidade Ilegal de Licitação (Art. 89, Lei 8.666/93) e do Novo Crime de Contratação Direta Ilegal (Art. 337-E, CP)”, escrito em coautoria pela Prof. Dr. Raquel Scalcon (FGV Direito SP), que coordena o Dossiê, e pelo Mestrando Felipe Campana (USP). Ressalta-se que o processo de avaliação do referido artigo foi acompanhado pelo Editor-Chefe, de modo a assegurar o anonimato dos autores e avaliadores, em aderência às melhores práticas éticas e editoriais internacionalmente aceitas.

Já no artigo do Prof. Dr. André Rosilho (FGV Direito SP) e da Profa. Dra. Juliana Palma (FGV Direito SP) – “Constitucionalidade do direito ao erro do gestor público do art. 28 da Nova LINDB” –, o enfoque é a intersecção entre direito administrativo sancionador e direito constitucional; o mesmo ocorre no texto do Prof. Dr. Rafael Maffini (UFRGS) sobre “LINDB, Covid-19 e Sanções Administrativas aplicáveis a Agentes Públicos”. Finalmente, merece destaque a contribuição internacional do Prof. Dr. Freddy Mariñez Navarro, com um instigante escrito sobre “*Participación Ciudadana Colaborativa, Rendición de Cuentas y Fiscalización. El caso de México*”, o qual trata, a um só tempo, de desenhos institucionais anticorrupção e de fomento à participação popular na elaboração de políticas públicas.

A leitura desse conjunto de artigos, cuidadosamente selecionados, demonstra que qualquer análise (que se pretenda) consistente de problemas jurídicos transversais a diferentes campos do conhecimento será tanto mais frutífera quanto maior for o diálogo entre investigadores de diferentes *backgrounds* teóricos e de linhas de pesquisa complementares. Não por outra razão, este dossiê especial foi concebido, desde o seu início, como um local de encontro de pesquisas com essas características. Desejava-se, ademais, que os trabalhos enfrentassem problemas práticos a partir de perspectivas teóricas densas, ofertando soluções concretas consistentes e inovadoras.

Essa edição também contempla três trabalhos provenientes do fluxo contínuo de submissões à Revista. O primeiro traz um relatório preliminar de pesquisa em um projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFRJ e do Ibict. O segundo aborda um contexto inovador da auditoria interna do Instituto Chico Mendes, como reflexo do contexto de mitigação dos riscos decorrentes da pandemia. O terceiro apresenta um diagnóstico sobre o etarismo (do inglês, *ageism*) no serviço público brasileiro, notadamente importante em tempos de discussão de uma reforma administrativa.

Essa edição é finalizada com os dois últimos artigos pertencentes ao Dossiê Especial “Controle Governamental, Prevenção e Combate à Corrupção”, o qual é resultante do programa de pesquisa de mesmo nome promovido pela Superintendência da CGU no Estado de Minas Gerais em parceria com a Escola da AGU em Minas Gerais (EAGU/MG) e com a Escola da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ELE/ALMG). O primeiro traz um estudo sobre o Programa de Integridade da CGU e o segundo discute as motivações intrínsecas para a existência do *whistleblowing*.

Por fim, desejamos que esta edição simbolize um sincero convite à reflexão a todos que atuam nas mais diversas frentes da atuação estatal, em especial no controle governamental.

Boa Leitura!

Daniel Matos Caldeira

Editor-Chefe da Revista da CGU

Raquel Lima Scalcon

Editora-Especial do Dossiê “Interfaces entre as Sanções Estatais”